

Crescimento econômico, Produtividade e Ocupação: Minas Gerais, Sudeste e Brasil.

Thais Silva Pereira¹
Giordano Bruno Noli²

Resumo

Este artigo realiza um estudo comparativo da evolução econômica de Minas Gerais, da Região Sudeste e do Brasil após reformas estruturais. Para tanto, aplicou-se a desagregação do PIB *per capita* em Produtividade, Taxa de Ocupação e População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza para o período de 1997 a 2006. A contribuição deste trabalho consiste em resgatar a questão do desenvolvimento e desigualdade a partir do desmembramento do tradicional indicador de desempenho econômico em índices de eficiência econômica e grau de mobilização de recursos disponíveis, e, com isso, incluir na análise o impacto das mudanças demográficas ocorridas recentemente na dinâmica econômica.

Palavras-Chave: desenvolvimento econômico, análise regional, desigualdade, indicadores, Minas Gerais.

Área Temática: Economia Mineira

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, FCL, UNESP - Araraquara. Atua como Gestor Fazendário na Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

² Bacharel em Ciências Econômicas pela FCL, UNESP – Araraquara. Atua como Gestor Fazendário na Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

Introdução

A literatura de economia regional discute com frequência as disparidades no desenvolvimento das regiões. Seguindo a lógica de List (1841), o próprio capitalismo se desenvolve calcado na desigualdade; assim sendo, nada mais natural que o mesmo ocorra dentro das nações, nas quais algumas regiões progridem em detrimento de outras. Essas disparidades prejudicam as relações econômicas, a unificação do território, o pacto federativo e o próprio desenvolvimento nacional.

As desigualdades inter-regionais tendem a se aprofundar em países geograficamente maiores, em virtude de seu maior tamanho e da diversidade cultural e econômica, fatores esses que dificultam a criação de elos entre regiões.

Ademais, em um contexto de intensas transformações econômicas, cada região, devido às suas peculiaridades, reage de diferentes formas, sendo, então, imprescindível o estudo do impacto de tais alterações sobre as desigualdades regionais. No caso dos anos de 1990 e os que se seguiram, a importância da localidade é reforçada, uma vez que, em um ambiente de concorrência empresarial acirrada, a distribuição espacial das cadeias produtivas com potencial de revelar vantagens competitivas provoca efeitos desiguais nas regiões, interferindo em seu desenvolvimento.

Nesse contexto, propõe-se uma análise da evolução da economia mineira entre 1997 e 2006 frente a da Região Sudeste e a do Brasil. Esse estudo realiza-se por meio da utilização de indicadores construídos a partir de uma simples desagregação do PIB *per capita* em Produtividade Total, Taxa de Ocupação e População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza. Com tal desmembramento, obtêm-se indicadores de desempenho econômico, eficiência econômica e aproveitamento de recursos humanos disponíveis.

O estado de Minas Gerais foi escolhido como cerne desse estudo por suas particularidades: terceiro estado em termos de PIB em 2006, localizado na região Sudeste, foi um dos maiores beneficiados com a desconcentração econômica dos anos 70, mas ainda conserva em seu território estruturas arcaicas e modernas, geradoras de fortes desigualdades internas.

Este trabalho está dividido em 3 partes: na primeira, apresenta-se uma breve contextualização do desenvolvimento mineiro recente; na segunda, há a proposição de uma nova metodologia de avaliação do desenvolvimento regional; na terceira, os resultados obtidos são apresentados e analisados. Por fim, são tecidas algumas considerações.

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MINEIRO RECENTE

Minas Gerais possui posição estratégica na economia nacional, não apenas por sua posição geográfica, mas também por seu parque industrial moderno e uma ampla infra-estrutura de ensino e pesquisa. Nesse território convivem recursos naturais abundantes, forte base econômica nas indústrias mecânica, de minerais e de cimento, além de uma liderança política bastante ativa. Ocupa o terceiro lugar em termos de participação do PIB brasileiro. Por outro lado, como afirma Queiroz (2001), coexistem regiões dinâmicas possuidoras de altos níveis de indicadores sociais com outras estagnadas, que não oferecem condições mínimas de sobrevivência à população.

Na história econômica recente, Minas Gerais ganhou destaque durante a década de 1970, quando foi um dos estados mais beneficiados com a desconcentração regional.

Minas Gerais, nos anos 70, será lembrada como uma das experiências estaduais de industrialização mais exitosas do país. Essa foi uma época de dramáticas mudanças estruturais, quando um grande surto de investimentos veio a reverter a perda de posição relativa do Estado no contexto nacional, dando início a um processo de diversificação e adensamento da estrutura industrial, de consolidação de novos setores industriais. Simultaneamente, a decadência histórica da agricultura mineira foi revertida, com a expansão e incorporação de novas áreas de cultivo. Atrelado ao crescimento industrial e agrícola, houve grande expansão dos serviços produtivos. (SANTOS 2002, p. 20)

Dentre os fatores que contribuíram para esse sucesso mineiro e de outras regiões no período, Ferreira e Diniz (1995) apontam: a crise econômica e política do Rio de Janeiro; os investimentos industriais e de infra-estrutura do II PND; a concessão de subsídios e incentivos fiscais; a reversão da polarização da indústria da área metropolitana de São Paulo; e a expansão da fronteira agrícola.

Na década de 1980, embora a economia mineira tenha sofrido uma inflexão no crescimento devido à crise, beneficiou-se da política exportadora adotada pelo país. A economia mineira contava com um parque industrial moderno, atualizado tecnologicamente e com elevada capacidade ociosa nos setores com vantagens comparativas estáticas. Por outro lado, os setores voltados para o mercado interno sofreram perdas importantes. Soma-se a isso o fato do estado não ter conseguido atrair novos investimentos, resultando em redução nos níveis de produtividade.

Diante desse cenário, apesar da evolução ocorrida em termos produtivos, os ganhos desse desenvolvimento não foram suficientes para reverter o baixo PIB *per capita* mineiro frente ao nacional: devido à disparidade entre as taxas de crescimento dos PIBs *per capita* estaduais, Minas Gerais continuou apresentando na década de 1980 o menor indicador de desempenho econômico dentre os estados mais desenvolvidos. Segundo Santos (2002), esse fato estaria relacionado à manutenção de bolsões de pobreza em algumas áreas que não se beneficiaram do crescimento industrial, especialmente o norte/nordeste do estado.

A crise do modelo desenvolvimentista dos anos anteriores é efetivamente enfrentada pelo Brasil durante a década de 1990, por meio de medidas que introduziram transformações significativas no marco regulatório da economia brasileira, a começar pela abertura comercial, que aboliu restrições quantitativas às importações e reduziu alíquotas. Em seguida, houve o Plano Real de Estabilização, calcado no controle dos preços por intermédio da valorização cambial e de políticas de privatização e de reestruturação do setor bancário.

No Brasil, a liberalização do comércio exterior, o Programa de Qualidade e Produtividade, o processo de privatização, a desregulamentação da economia e a difusão de novas técnicas gerenciais deslançaram um vigoroso movimento de elevação da produtividade industrial. A retomada dos ganhos de produtividade nesta década, após cerca de 10 anos de estagnação, tem inicialmente como base uma reação à recessão do começo da década, que veio acompanhada de uma forte modernização das técnicas produtivas e gerenciais. Essa modernização defensiva teve um caráter mais permanente, pois representou o início da incorporação de novos paradigmas da reestruturação industrial existentes na esfera internacional. Houve uma mudança nos métodos de gestão e administração

na indústria, além da introdução de tecnologias poupadoras de trabalho. (BONELLI, 1999, p.95-96).

Diante de tais transformações, as empresas necessitavam adequar-se à nova realidade, caracterizada pela concorrência de produtores nacionais e estrangeiros. Esse novo ambiente exigia, portanto, mudanças na base produtiva do país, via introdução de novas tecnologias e progresso técnico.

As mudanças no modelo de desenvolvimento econômico nacional resultaram em uma reorganização do capital no espaço, capital esse vinculado a um novo modelo de acumulação capitalista em escala mundial (BDMG, 2002). Segundo Diniz (1993), essa reorganização do capital levou à concentração e desconcentração dos investimentos: indústrias tradicionais e de bens duráveis buscaram novos territórios para se instalarem, ao mesmo tempo em que ocorre a reconcentração de atividades com tecnologias mais modernas nas áreas conurbadas do Sul e Sudeste, formando um polígono de desenvolvimento.

Nessa área que se estende de Belo Horizonte a Porto Alegre, concentram-se fatores — serviços de apoio à atividade industrial; uma rede de fornecedores desenvolvida; relações inter-industriais articuladas; e a presença de instituições de ensino e pesquisa — que geram externalidades sedimentadoras do poder de atração de investimentos dessa região.

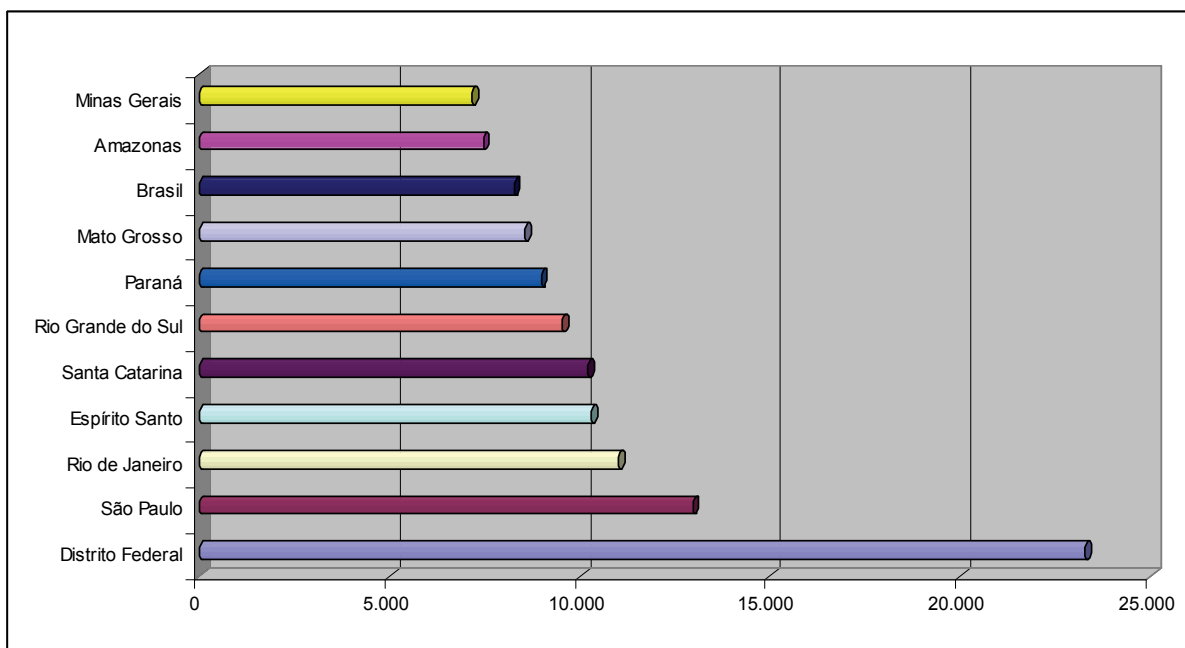
A reconcentração das atividades econômicas nesse polígono de desenvolvimento contribuiu para o desempenho econômico mineiro: em 2006, era o terceiro estado com maior PIB, perfazendo 9,06% do PIB nacional.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) dos cinco Estados com maior impacto no PIB brasileiro - 2006

Estados	PIB (em R\$ 2000)	Participação no PIB nacional (em %)
1º - São Paulo	476.504.309,23	33,87
2º - Rio de Janeiro	163.450.830,97	11,62
3º - Minas Gerais	127.490.945,28	9,06
4º - Rio Grande do Sul	93.101.949,13	6,62
5º - Paraná	81.102.709,15	5,76
Brasil	1.406.854.513,60	100,00

Fonte: Contas Regionais

Embora esse quadro pareça favorável a Minas Gerais, a análise de outros indicadores demonstra que o estado ainda apresenta desvantagem frente aos seus concorrentes: em termos de PIB *per capita*, Minas Gerais ocupava em 2006 a décima posição, permanecendo abaixo do nacional. Ao que tudo indica, apesar da evolução econômica dos últimos quase 40 anos, Minas Gerais permanece sendo uma economia periférica vinculada ao centro dinâmico paulista.



**Gráfico 1 – Dez estados brasileiros com maior PIB *per capita* – 2006
(em R\$ 2000)**

Diante desse contexto, faz-se necessária uma avaliação da economia mineira por meio de outros indicadores, de forma a qualificar melhor seus entraves e formular políticas mais adequadas para sua superação.

2. PRODUTO, PRODUTIVIDADE E EMPREGO

Há um relativo consenso na literatura nacional sobre a existência na década de 1990, em virtude do avanço tecnológico mundial, de um baixo crescimento do produto, acompanhado por redução no nível de emprego e aumento da produtividade industrial³. Diante desse contexto, as variáveis Produtividade e Trabalho tornam-se importantes no entendimento dos fenômenos econômicos recentes.

Dunford (1996) criou uma maneira perspicaz e simples de incluir tais variáveis na análise do desenvolvimento. Nesse trabalho, ele busca razões empíricas e teóricas capazes de conectar a geografia da desigualdade com a geografia da produtividade e da mobilização de potencial humano; em outras palavras: o referido autor procura pontos que liguem a distribuição espacial da desigualdade pelo continente europeu com a distribuição espacial da produtividade e da capacidade de mobilizar recursos. Para tanto, M. Dunford cria um indicador a partir da desagregação do PIB *per capita* em produtividade e taxa de emprego. Ilustrando:

$$\frac{PIB}{PT} = \frac{PIB}{P.Emp} \times \frac{P.Emp}{PT} \quad (1)$$

a
b
c

³ Vide Feijó e Carvalho (1999), Amadeo e Soares (1996), Bonelli (2002), dentre outros.

Em que:

PIB = Produto Interno Bruto

PT = População Total

$P.Emp$ = População Empregada

a) $\frac{PIB}{PT} = \text{PIB per capita}$

b) $\frac{PIB}{P.Emp} = \text{Produtividade do Emprego}$

c) $\frac{P.Emp}{PT} = \text{Taxa de Emprego}$

Com tal desagregação, as disparidades do Produto *per capita* seriam causadas por diferenciais de Produtividade e da Taxa de Emprego.

A produtividade é um indicador muito utilizado nas análises acerca do crescimento econômico, sendo uma medida da eficiência econômica. A variação da produtividade é uma síntese de decisões empresariais em decorrência do meio competitivo, sendo função: da tecnologia e modernização do parque industrial; dos métodos de gestão e de qualidade; dos salários pagos; e das mudanças no perfil da demanda por formação e qualificação profissional. Todos esses fatores apresentaram alterações nos anos recentes, interferindo, inicialmente, de maneira positiva na produtividade.

O emprego, por outro lado, representa a capacidade da economia mobilizar os recursos disponíveis. O desemprego tornou-se um dos principais males mundiais na última década, não apenas para as nações em desenvolvimento, como também em países desenvolvidos. Mesmo nos países que possuem eficientes sistemas de garantias sociais, como os da União Européia, o desemprego mostra-se um grave problema, pois permanece a grande insatisfação depois de resolvida a questão material, visto que uma parcela substancial da população se vê excluída do processo de reprodução social e os jovens não vislumbram qualquer perspectiva para suas vidas.

Com tal desagregação, Dunford incluiu importantes variáveis que ficam ocultas na relação PIB *per capita*, como preços relativos, produção física e lucratividade — todas relacionadas à produtividade — e crescimento da população, fatores que regulam a relação capital/trabalho, mercado de trabalho e mecanismos de proteção social, escolaridade, qualificação profissional — no que tange à parcela da população empregada. Dessa forma, Dunford (1996) explicitou importantes fatores envolvidos no conceito de Produto, possibilitando uma melhor caracterização do desenvolvimento.

Por fim, o autor, ao efetuar a decomposição do indicador clássico de renda *per capita*, tornou-o mais acurado para identificar faixas de maior ou menor desenvolvimento e mudou o enfoque da análise com a inclusão da variável emprego entre regiões, dado que ela realiza-se a partir da demanda e não mais da oferta.

Ao considerar que o Brasil possui características populacionais distintas da europeia, promoveram-se alguns ajustes na decomposição de Dunford (1996). A partir de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ampliaram-se as relações inicialmente propostas em (1):

$$\frac{PIB}{PT} = \left(\frac{PIB}{P.Ocup}\right) * \left(\frac{P.Ocup}{PEA}\right) * \left(\frac{PEA}{PT}\right). \quad (2)$$

a d e f

Em que:

PIB = Produto Interno Bruto

PT = População Total

P.Ocup = População Ocupada

PEA = População Economicamente Ativa

a) $\frac{PIB}{PT}$ = PIB *per capita*

d) $\frac{PIB}{P.Ocup}$ = Produtividade Total da economia

e) $\frac{P.Ocup}{PEA}$ = Taxa de Ocupação ou Grau de Mobilização de Recursos Humanos Disponíveis

f) $\frac{PEA}{PT}$ = Participação da População Economicamente Ativa na População Total ou População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza

Para facilitar o entendimento, o Quadro 1 a seguir possui a definição dos conceitos de cada uma dessas variáveis.

Quadro 1 - Definição das variáveis utilizadas

Variável	Definição	Fonte
PIB – Produto Interno Bruto	Valor Agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do Território econômico do país, independente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços.	IBGE – CONTAS REGIONAIS
População Total	População existente naquele local no período de referência (365 dias).	IBGE – PNAD
População Economicamente Ativa (PEA)	Parcela da população, com mais de 10 anos de idade, que está ocupada ou busca ocupação durante o período de referência (365 dias). É essa parcela da população que pode gerar riqueza.	IBGE – PNAD

	Parte dela realmente o faz (População Ocupada) e outra parte procura uma forma de fazê-lo (População Desocupada). Na verdade, a PEA corresponde à oferta de mão-de-obra da economia. $PEA = Pop. Ocupada + Pop. Desocupada$	
População Ocupada	É a parcela da população que realmente gera riqueza; em outros termos, é a demanda por trabalho da economia. As pessoas ocupadas são divididas pelo IBGE em 8 categorias: Empregado, Trabalhador Doméstico, Trabalhador por Conta Própria, Empregador, Trabalhador não remunerado membro da unidade familiar (que trabalha pelo menos uma hora para ajudar algum membro da família), Outro Trabalhador não remunerado (aprendiz, estagiário, por exemplo), Trabalhador na produção para consumo próprio (subsistência), Trabalhador na construção para uso próprio (trabalhador que construiu edifícios e casas para uso próprio ou de familiar). $Pop. Ocupada = Empregados + Empregadores + Conta Própria + Trabalhador Doméstico + Trabalhadores não remunerados + Trabalhador para consumo e construção própria.$	IBGE – PNAD
PIB per capita	Relação entre o PIB e a população total do país. É o produto por habitante. É um indicador de desempenho econômico.	Elaboração Própria
Produtividade Total da economia	Relação entre PIB e população ocupada. Importante indicador de eficiência econômica, mostra quanto de riqueza é gerado por cada pessoa que está ocupada.	Elaboração Própria
Taxa de Ocupação ou Grau de mobilização de recursos humanos disponíveis	É a relação entre a população Ocupada e a PEA. Mostra quanto da população que pode gerar riqueza realmente o faz. Ou seja, mostra de que forma a economia está aproveitando os recursos humanos disponíveis.	Elaboração Própria
População potencialmente capaz de gerar riqueza	Relação entre PEA e a População Total. Como o próprio nome diz, mostra quanto da população pode gerar riqueza.	Elaboração Própria

Essa equação pode ser interpretada como a desagregação do PIB *per capita* em Produtividade, Capacidade de Mobilizar Recursos Humanos Disponíveis e Parcela da População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza. Embora a desagregação realizada seja semelhante à de Dunford — ambas resultam em indicadores de produtividade e grau de mobilização de recursos —, algumas importantes modificações foram introduzidas para tornar a equação mais adequada à realidade brasileira: a inclusão da PEA e a substituição da População Empregada pela População Ocupada.

A análise de Dunford (1996) realizou-se para a economia européia, cujo perfil populacional difere do brasileiro: ainda há uma parcela considerável da população nacional que não possui idade para ser economicamente ativa — segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do IBGE, em 2006, 52% da população do Brasil era economicamente ativa. Por outro lado, com a redução da taxa de natalidade e elevação da expectativa de vida, a população brasileira deixou de ser constituída essencialmente por crianças e adolescentes para ser formada basicamente por adultos, pessoas essas aptas a gerar riqueza. Dessa forma, com a

inclusão da PEA, busca-se apreender como as instituições brasileiras reagiram a tal mudança.

A inclusão da população Ocupada, por sua vez permite observar a capacidade da economia mobilizar os recursos disponíveis; em outras palavras, é a parcela da população capaz de gerar riqueza que realmente o faz. Observa-se uma diferenciação na nomenclatura utilizada pelos IBGE e pelo EUROSTAT (órgão responsável pelas estatísticas da União Européia): o conceito de População Empregada do EUROSTAT é mais amplo daquele usado pelo IBGE, aproximando-se da definição de População Ocupada.

Existem muitos trabalhos nacionais que priorizam o uso da População Empregada nas análises do mercado de trabalho. Embora se reconheça a importância do emprego, sua utilização produz uma análise parcial do mercado de trabalho, uma vez que 43,96% da População Ocupada no Brasil trabalha em outras atividades que não o emprego, segundo dados da PNAD referentes a 2006.

Além dos benefícios trazidos à análise da dinâmica do mercado de trabalho, a utilização da População Ocupada ao invés da Empregada, nos termos do IBGE, traz mais precisão à análise do mercado de trabalho, uma vez que, como apontado por Pochmann (2003), cada ocupação possui diferentes níveis de Produtividade. A inclusão da População Ocupada possibilita a análise da Produtividade Total da economia, enquanto o uso da População Empregada — sugerido por Dunford (1996) — fornece apenas a Produtividade do Emprego, geralmente mais alta frente às demais ocupações, superestimando a produtividade. Segundo Pochmann (2003),

O contraste entre a produtividade total (ocupação total) e parcial (emprego formal) do trabalho somente poderia ser explicada pelo distinto desempenho dos segmentos ocupacionais. Em certo sentido, o comportamento extremamente distinto da produtividade é influenciado pelo movimento de desestruturação do mercado de trabalho. Isto é, a tendência de forte elevação do desemprego aberto, do desassalariamento (redução do emprego assalariado no total da ocupação) e da geração de postos de trabalho precários termina repercutindo sob o comportamento da produtividade do trabalho (total e parcial) num contexto de baixo crescimento econômico. (POCHMANN, 2003)

Por fim, a inclusão da PEA e da População Ocupada, permite uma melhor análise do mercado de trabalho brasileiro, uma vez que representam, respectivamente, oferta e demanda por trabalho.

O desmembramento proposto pode ser aplicado tanto aos valores absolutos das variáveis envolvidas, para uma análise estática, como também aos seus valores relativos, Números-Índices, por exemplo, para uma análise dinâmica, obtendo-se assim a participação do crescimento de cada um dos componentes da equação na variação do PIB *per capita*.

A equação de desenvolvida foi aplicada na seção seguinte para Minas Gerais, Sudeste e Brasil nos anos de 1997 a 2006.

3. RESULTADOS

Aplicou-se o indicador acima mencionado para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, para a Região Sudeste e para o Brasil. O período analisado compreende os anos de 1997-2006, e os dados utilizados são de pesquisas realizadas pelo IBGE (Contas Regionais e da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD) nesse período.

3.1. PIB *per capita*

A primeira relação da equação, $\frac{PIB}{PT}$, refere-se ao Produto Interno Bruto *per capita*, o qual contribui para o conhecimento do desempenho econômico de uma determinada região.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto *per capita* (em R\$ de 2000) – 1997-2006

ANO	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	ESPÍRITO SANTO	MINAS GERAIS	SUDESTE	BRASIL
1997	10.632,37	8.631,51	6.792,05	6.175,58	8.966,75	6.695,79
1998	10.543,64	8.455,02	6.885,12	6.011,28	8.852,50	6.654,48
1999	10.052,54	8.780,02	6.761,09	5.739,89	8.595,39	6.448,96
2001	9.641,84	9.234,59	6.468,57	5.685,40	8.449,88	6.440,31
2002	10.967,78	9.556,73	6.829,32	5.714,50	9.218,17	7.074,94
2003	10.760,32	9.112,13	6.856,03	5.778,20	9.042,73	7.050,49
2004	10.885,06	9.885,33	8.080,74	6.292,49	9.440,07	7.204,64
2005	11.300,05	10.099,98	8.707,89	6.297,58	9.726,14	7.329,99
2006	11.575,80	10.482,21	9.018,60	6.530,62	10.015,61	7.514,13

Fonte: Elaboração própria

O PIB *per capita* brasileiro apresentou uma elevação de 12,22% no período estudado, conforme tabela acima. O PIB *per capita* da região Sudeste, embora tenha apresentado uma taxa de crescimento um pouco abaixo da nacional (11,70%), permanece superior ao brasileiro em 33,29% em 2006.

Dentre os estados do Sudeste, Minas Gerais é o estado com o pior indicador: o PIB *per capita* mineiro não apenas é o menor da Região Sudeste, como também não atinge o nível nacional. Ademais, a taxa de crescimento do PIB *per capita* mineiro no período acima foi inferior à brasileira (5,75%), afastando ainda mais tal indicador do nacional: se em 1997, o PIB *per capita* mineiro perfazia 92,23% do nacional, em 2006 representava 86,91% daquele.

Logo, percebe-se que Minas Gerais apresentou dificuldades em superar seus entraves e de acompanhar as economias líderes. A desagregação do PIB *per capita* permitirá qualificar esse cenário.

3.2. Produtividade Total da economia

A segunda relação da equação, $\frac{PIB}{P.Ocup}$, refere-se à Produtividade Total da Economia, indicador bastante empregado nas análises de crescimento econômico e que expressa a utilização eficiente dos recursos produtivos, tendo em vista alcançar a máxima produção na menor unidade de tempo e com os menores custos. De fato, devido à abertura comercial e incorporação do progresso técnico, houve um crescimento da produtividade total no Brasil⁴. Porém, observa-se que a crise

⁴ Esse crescimento da produtividade ocorreu de forma mais acentuada no início da década de 1990.

ocorrida em 1999 freou essa expansão produtiva, a qual retomou sua trajetória a partir de 2002.

Tabela 3 – Produtividade Total (em R\$ de 2000) – 1997-2006

ANO	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	ESPIRITO SANTO	MINAS GERAIS	SUDESTE	BRASIL
1997	24.592,85	20.920,54	14.709,59	13.394,00	20.529,52	15.078,28
1998	24.583,97	20.758,90	14.924,14	13.441,24	20.562,61	15.050,13
1999	23.442,86	21.578,61	14.162,30	12.254,85	19.699,84	14.426,03
2001	21.697,79	22.299,66	13.814,95	12.404,22	19.080,52	14.456,03
2002	24.397,91	22.617,63	14.281,38	12.031,37	20.407,63	15.536,36
2003	24.065,64	21.670,04	14.139,17	12.167,08	20.079,73	15.478,36
2004	23.945,44	22.792,97	16.358,09	13.215,46	20.634,98	15.505,14
2005	24.057,81	23.360,47	17.720,06	12.750,64	20.726,95	15.519,46
2006	24.104,54	23.770,99	17.825,45	12.914,34	20.869,91	15.751,13

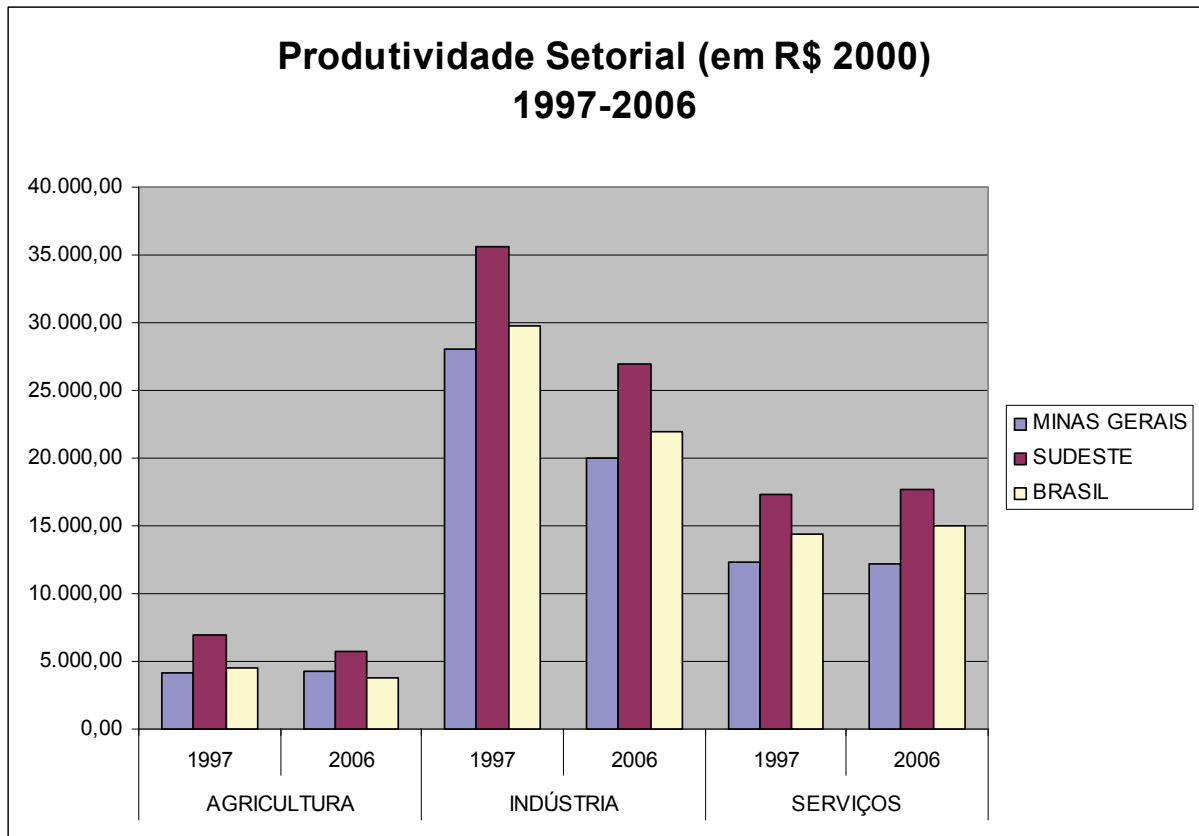
Fonte: Elaboração própria

A Produtividade Total brasileira cresceu 4,46% no período, enquanto foi praticamente constante na Região Sudeste, com variação de 1,66%. Os estados do Sudeste que mais sofreram os efeitos das crises ocorridas no período foram São Paulo e Minas Gerais, com queda na eficiência econômica no montante de 1,99% e 3,58%, respectivamente.

A economia mineira apresentou, não apenas a menor taxa de crescimento durante todo período estudado, como também os menores índices de produtividade, sendo correspondente, em 2006, a 81,99% da brasileira e 53,58% da paulista. A dependência da economia mineira em relação à paulista agrava os entraves enfrentados pela região no período, dificultando a manutenção do processo de *catching up* (“alcançamento”) das economias líderes, o que, por sua vez, resulta em perda de competitividade, tendência já apontada por estudo realizado pelo BDMG em 2002.

Essa defasagem mineira em relação ao Brasil e ao Sudeste em termos de Produtividade também está presente no âmbito setorial, como se observa no gráfico a seguir⁵.

⁵ A Produtividade Setorial foi calculada a partir da relação entre Valor Adicionado e População Ocupada, dada a indisponibilidade do PIB setorial para todas as áreas estudadas.



Fonte: Elaboração própria

O único setor mineiro que apresenta valores acima da média nacional é a Agricultura, beneficiada pelo deslocamento da produção agropecuária de São Paulo e Região Sul para as Regiões Centro-Oeste e Norte, e para Minas Gerais, mais especificamente para a Meso-região do Triângulo/Alto Paranaíba e Noroeste do estado (BDMG, 2002).

Além da expansão da base produtiva, observa-se a difusão constante de novas técnicas de produção, permitindo um desempenho altamente relevante para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, sendo a participação do PIB agrícola mineiro no PIB agrícola brasileiro, em 2006, correspondente a 14,07%.

O comportamento dos demais setores mineiros reforça a constatação sobre a dificuldade de o estado adaptar-se às mudanças ocorridas na economia no período: não obstante o desempenho da produtividade mineira em 1997 apresentar níveis relativamente mais baixos frente ao Sudeste e ao Brasil, no final do período os diferenciais agravaram-se, expandindo o fosso existente frente às economias líderes.

3.3. Taxa de Ocupação

A terceira relação, $\frac{P.Ocup}{PEA}$, refere-se à Taxa de Ocupação, também denominada como Grau de Mobilização de Recursos Disponíveis.

Tabela 4 - Taxa de Ocupação (em %) - 1997-2006

ANO	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	ESPÍRITO SANTO	MINAS GERAIS	SUDESTE	BRASIL
1997	89,67	90,74	93,54	93,57	91,03	92,18
1998	87,56	89,23	93,28	91,81	89,18	91,00
1999	87,36	88,62	91,83	91,32	88,81	90,37
2001	88,78	87,76	91,01	90,60	89,15	90,65
2002	88,47	88,40	90,16	90,98	89,17	90,84
2003	87,63	87,04	90,79	90,97	88,51	90,27
2004	88,75	88,53	92,61	91,05	89,46	91,10
2005	88,45	87,39	90,37	91,54	89,12	90,69
2006	89,97	88,20	93,16	92,29	90,37	91,58

Fonte: Elaboração própria

Constata-se que a maior parte dos recursos está de fato sendo utilizada, isto é, mais de 90% da população que poderia gerar riqueza está ocupada, o que significa dizer que a economia conseguiu aproveitar a maioria da População Economicamente Ativa; em outras palavras, a demanda por trabalho representa 90% da mão-de-obra ofertada. Entretanto, observa-se também que houve uma redução dessa absorção ao longo do período analisado para as regiões estudadas. Tal declínio deve-se à contínua elevação da PEA e à dificuldade da economia acompanhar essa evolução e incorporar todo esse contingente populacional.

3.4. População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza

A última relação, $\frac{PEA}{PT}$, refere-se à População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza, que mostra exatamente o quanto da população pode realmente gerar riqueza, esteja ela ocupada ou não.

Tabela 5– População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza (em %) 1997-2006

ANO	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	ESPÍRITO SANTO	MINAS GERAIS	SUDESTE	BRASIL
1997	48,21	45,47	49,36	49,28	47,98	48,17
1998	48,98	45,64	49,46	48,71	48,27	48,59
1999	49,09	45,92	51,99	51,29	49,13	49,47
2001	50,05	47,19	51,45	50,59	49,68	49,15
2002	50,81	47,80	53,04	52,20	50,66	50,13
2003	51,02	48,31	53,41	52,20	50,88	50,46
2004	51,22	48,99	53,34	52,29	51,14	51,01
2005	53,10	49,48	54,38	53,96	52,66	52,08
2006	53,38	50,00	54,31	54,79	53,10	52,09

Fonte: Elaboração própria

O comportamento dessa variável é o mesmo para todas as regiões analisadas: o número de pessoas disponíveis para a geração de riqueza está aumentando frente à população total. Se por um lado aumenta a proporção de pessoas economicamente ativas, por outro, há uma redução da participação das pessoas inativas na População Total; em outras palavras, diminui a parcela da população que, embora não possa gerar riqueza, a consome, contribuindo para o crescimento da economia.

Essa elevação da PEA frente à População Total é fruto de uma modificação no perfil populacional brasileiro que, devido à inserção feminina no mercado de trabalho, ao aumento da expectativa de vida e à queda nas taxas de natalidade, apresentou um incremento no número de pessoas aptas ao trabalho, isto é, capazes de gerar riqueza.

A tendência é de que esse processo intensifique-se, uma vez que a população potencialmente capaz de gerar riqueza ainda está em torno de 50% da população total, tornando crucial que a economia se adapte para conseguir absorver tal contingente, em um ambiente no qual o uso da mão-de-obra está cada vez menor.

3.5. Desagregação dos Indicadores Relativos.

A desagregação realizada pode ser empregada não apenas para valores absolutos, mas também para os relativos, de forma a avaliar qual fator contribui mais para a variação do indicador original. Para tanto, calculou-se o Número-Índice⁶ do PIB *per capita*, Produtividade Total, Taxa de Ocupação e População Potencialmente Capaz de gerar riqueza, cujos valores estão expressos na Tabela 6.

Tabela 6 - Número-Índice do PIB *per capita*, Produtividade, Taxa de Ocupação e População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza 1997-2006

	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	ESPÍRITO SANTO	MINAS GERAIS	SUDESTE	BRASIL
PIB per capita (i*ii*iii)	1,09	1,21	1,33	1,06	1,12	1,12
Produtividade Total (i)	0,98	1,14	1,21	0,96	1,02	1,04
Taxa de Ocupação (ii)	1,00	0,97	1,00	0,99	0,99	0,99
Pop. Potencialmente Capaz de gerar riqueza (iii)	1,11	1,10	1,10	1,11	1,11	1,08

Fonte: Elaboração própria

A partir da desagregação do número-índice de crescimento do PIB *per capita* obtém-se o índice de crescimento de cada uma das variáveis, possibilitando avaliar qual delas possuiu maior impacto sobre sua variação.

O Brasil apresentou nos anos analisados crescimento de 12% na variável PIB *per capita*. O fator que mais contribui para esse desempenho foi a População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza. Em termos de Produtividade, seu crescimento esteve abaixo do nível do PIB *per capita*. A taxa de Ocupação, por sua vez, sofreu uma pequena queda. Como interpretar esses dados? Os fatores

⁶ O número-índice de cada variável é fruto da divisão entre seu valor em 2006 pelo de 1997. Quando o Número-Índice for menor do 1, significa que houve redução no indicador; quando for maior do que 1, o indicador teve um incremento; e quando igual a 1, a variável manteve-se constante.

populacionais em conjunto foram os que tiveram maior impacto sobre o produto. A taxa de ocupação sofreu uma pequena queda, mas não porque os níveis absolutos de ocupação caíram, mas porque o crescimento da PEA foi maior do que o da População Ocupada; em outras palavras, embora a oferta de mão-de-obra tenha sido o fator com maior crescimento no período como um todo, a relação demanda por trabalho/oferta de mão-de-obra manteve-se praticamente constante. Logo, a porcentagem da população economicamente capaz de gerar riqueza aumentou e a economia foi capaz de absorver boa parte desse excedente, mantendo quase constante a taxa de ocupação. Mas cabe aqui ressaltar que a tendência de aumento da PEA permanece, e a economia deve adaptar-se para não permitir que a taxa de ocupação caia mais.

Avaliando o produto entre os Números-Índices da Taxa de Ocupação e a População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza, percebe-se uma variação de 7%, indicando que aproveitamento de recursos humanos foi mais importante para o PIB *per capita* do que a produtividade, que apresentou tímida variação. Vale destacar que, embora as mudanças populacionais se dêem de maneira mais lenta e constante, a economia não foi capaz de sequer acompanhá-la.

No caso do Sudeste, o crescimento do PIB *per capita* foi o mesmo do Brasil, mas a contribuição da Produtividade foi ainda menor (2%). Por outro lado, o crescimento da oferta de trabalho frente à População Total variou 11% e a Taxa de Ocupação foi quase constante.

Dos estados do Sudeste, Rio de Janeiro e Espírito Santo foram os que apresentaram melhor desempenho: 21% e 33% de crescimento do PIB *per capita*, aumento esse acompanhado por aumento na Produtividade, uma vez que foram muito beneficiados com as mudanças regionais.

São Paulo e Minas Gerais tiveram crescimento do PIB *per capita* abaixo da média nacional: 9% e 6%, respectivamente. Para ambos, a Produtividade sofreu uma redução nos anos analisados, sendo o comportamento populacional o responsável pelo crescimento ocorrido: a População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza cresceu 11% e a Taxa de Ocupação manteve-se constante em São Paulo e sofreu uma pequena redução em Minas Gerais.

Portanto, conclui-se que, apesar de baixo, o nível de crescimento do PIB *per capita* brasileiro e do Sudeste de 1997 a 2006 calcou-se principalmente na evolução do mercado de trabalho, ao invés da Produtividade. Minas Gerais seguiu tal tendência, porém o impacto das mudanças ocorridas foi mais intenso em seu território, obtendo as menores taxas de crescimento do PIB *per capita* e de Produtividade, não sendo, portanto, capaz de acompanhar o baixo crescimento das economias líderes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o início da década de 1990 foi marcado por uma série de transformações, como abertura comercial, Plano de estabilização monetária, redução da máquina estatal, dentre outras. Nos primeiros anos da década de 2000 o Brasil produziu saldos positivos em transações correntes e ampliou o volume de reservas internacionais. A ação estatal se fixou na construção de uma economia regulada, por meio do regime de metas instituído pelo Banco Central e pela busca do equilíbrio das contas públicas. O equilíbrio orçamentário enfraqueceu a postura de intervenção estatal.

Porém, a desigualdade se manteve e as dimensões regionais ganharam maior relevância. Diante da ação do governo federal em concentrar a ação na regulação da economia e no equilíbrio fiscal, as instâncias estaduais e municipais foram levadas a elaborar suas próprias perspectivas de intervenção.

A partir da aplicação da desagregação do PIB *per capita* em Produtividade, Taxa de Ocupação e População Potencialmente Capaz de Gerar Riqueza, conclui-se que o estado de Minas Gerais, apesar do considerável incremento no PIB total, ainda possui deficiências que lhe impedem de obter um crescimento sustentado.

Em termos de PIB *per capita*, Minas Gerais possui valores não apenas menores do que os outros estados do Sudeste, mas também menores que os nacionais. O mesmo ocorre com a Produtividade mineira, que chega a corresponder a quase metade da paulista. Dentre os fatores responsáveis por essa baixa Produtividade destacam-se a reduzida Produtividade da zona rural, informalidade no mercado de trabalho, os níveis de educação e especialização da mão-de-obra e a qualidade da infra-estrutura.

A conjugação de baixo PIB *per capita* e reduzida Produtividade indicam dificuldade da economia mineira em alcançar as economias líderes, resultando em perda de competitividade sistêmica. O crescimento econômico sustentado só ocorre com expansão da produtividade, uma vez que o rendimento marginal obtido com o aumento na quantidade de fatores utilizados sem ganhos de produtividade tende a ser limitado no longo prazo. Somado a isso tem-se o fato de Minas Gerais apresentar desigualdades regionais internas muito acentuadas, prejudicando ainda mais seu desenvolvimento.

Em termos de mercado de trabalho, Minas Gerais seguiu a tendência nacional de aumento de oferta de trabalho em virtude do crescimento da PEA frente à População Total. Constatou-se que a maior parte desse crescimento foi absorvida pela economia. Porém, houve uma pequena redução na Taxa de Ocupação, o que indica que a economia deverá adaptar-se para aproveitar os recursos disponíveis que estão por surgir.

Para que Minas Gerais avance na construção de um desenvolvimento sustentado, o estado deve direcionar maiores fluxos de investimentos para as áreas críticas apontadas anteriormente, o que só é possível mediante articulação maior entre setor público e privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. J.; SOARES, R. R. Quebra estrutural da relação entre produção e emprego na indústria brasileira. Rio de Janeiro: Departamento de Economia PUC-Rio, jul. 1996. (Texto para Discussão 356).

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte, 2002, v1.

BONELLI R. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho. In: PHOSTUMA, A.C. (org.). **Abertura e ajustes do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade**. Brasília: OIT/MTE, 1999, pp. 99-104.

_____. Labor productivity in Brazil during the 1990s. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro: IPEA, n. 906, set. 2002.

DINIZ, C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Belo Horizonte: **Nova Economia**, v.3, n. 1, p.35-64, 1993. Disponível em <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v3n1/030103.pdf>>. Acesso em 18 jan 2010.

DUNFORD, M. Disparities in employment, productivity and output in the EU: The roles of labour market governance and welfare regimes. **Regional Studies**, Cambridge, v. 30, Iss. 4, Jul 1996.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M. Produtividade industrial no Brasil: o debate recente e as fontes de dados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6, Abet, 1999. Disponível em <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST16A.doc>>. Acesso em: 16 jul. 2003.

FERREIRA, A. H. B.; DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.15, n.4, out./dez., 1995. p. 38-56. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/60-3.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)**. Rio de Janeiro, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 08 jan 2010.

_____. **Contas Regionais**. Rio de Janeiro, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 08 jan 2010.

LIST, F (1841). **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

POCHMANN, MÁRCIO. **Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90**. Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>>. Acesso em 15 jan. 2010.

QUEIROZ, B.L. Diferenciais regionais de salários nas microrregiões de mineiras. Belo Horizonte, 2001. 191p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em

http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/dissertacoes/2001/Bernardo_Lanza_Queiroz.pdf>. Acesso em 28 jan 2010.

SANTOS, F.B.T.dos. A construção econômica recente. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte, 2002, v1, cap. 1, p. 15-56.